



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Processo C.M. nº 258/2023 – TC nº 007208.989.20

**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS  
E CONTABILIDADE AO PROCESSO TC Nº 007208.989.20, QUE DISPÕE  
SOBRE O PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS  
DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA REFERENTE O EXERCÍCIO DE 2021.**

**RELATOR: ILUSTRÍSSIMO VEREADOR FRANCISCO SOUZA CAMPOS**

## 1- RELATÓRIO

Inicialmente, ressalta-se que este parecer foi antecedido por processo administrativo, devidamente instaurado no âmbito interno desta Casa de Leis.

Com o intuito de propiciar toda lisura a este processo, conforme exigências da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno e, mormente, às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, consignadas no inciso LV, do art. 5º, da Lei Maior, em prol da análise e julgamento das contas examinadas, o responsável pelas contas, Sr. Márcio Gustavo Bernardes Reis, foi devidamente intimado a prestar as alegações que julgassem necessárias.

O intimado acusou o recebimento do Ofício PRE nº \_\_\_\_\_ porém, não apresentou Defesa escrita.

<b>APROVADO</b>	
Favoráveis	<u>13</u>
Contrários	<u>—</u>
Abstenções	<u>—</u>
<u>02/04/24</u>	

Diante destes fatos, cabe apresentar o seguinte relatório.

LIDO EM SESSÃO  
DE 02/04/24  
Francisco Silva  
PRESIDENTE

APROVADO EM única DISCUSSÃO  
em Sessão de 02/04/24  
Francisco Silva  
PRESIDENTE

<b>A</b>
Favorá
Contrá
Abster
<u>02/04/24</u>

<b>OVADO</b>
<u>13</u>
<u>—</u>
<u>—</u>
<u>1</u>



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 258/2023 – TC nº 007208.989.20

Primeiramente, devemos esclarecer que a competência para aprovar ou rejeitar contas municipais é da Câmara de Vereadores e não do Tribunal de Contas. Este último, apenas emite pareceres, mas não julga as contas dos prefeitos.

Por certo, o artigo 71 da Constituição Federal em seu *caput*, dispõe que o Tribunal de Contas é um auxiliar do Congresso Nacional, e, apresenta em seus dois primeiros incisos, tratamento diferenciado às contas do chefe do Poder Executivo da União em relação aos administradores em geral:

*“Art. 71 – O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*

*I – apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;*

*II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicas da administração direta e indireta incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público (...).”*



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



184

Processo C.M. nº 258/2023 – TC nº 007208.989.20

Cumpre-nos ressaltar que o julgamento é **das contas anuais** e não do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que apenas opina sobre as mesmas, sendo as Comissões Permanentes e o Plenário da Câmara Municipal, soberanos para concordar com o parecer ou rejeitá-lo.

Desta forma, em hipótese alguma a prestação de contas anuais poderá ter sua aprovação ou rejeição por decurso de prazo, sem que o Poder Legislativo realize o respectivo julgamento das contas, com deliberação/votação expressa de seus membros.

No mesmo sentido, o artigo 31 do mesmo diploma, determina que a fiscalização do município seja exercida pelo Poder Legislativo municipal.

*“Art. 31 – A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.*

*§ “1º – O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.”*





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 258/2023 – TC nº 007208.989.20

Verifica-se, assim, que os Tribunais de Contas dos Estados ou dos municípios são órgãos auxiliares da Câmara Municipal (parágrafo 1º), o que exclui a possibilidade de lhes ser reconhecida autonomia suficiente à rejeição das contas dos prefeitos. A atividade meramente auxiliar não pode ser transmutada em decisória.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal decidiu nos seguintes julgados:

*“O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), que redigirá o acórdão, fixou tese nos seguintes termos: “Para os fins do art. 1º, inciso I, alínea “g”, da Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990, alterado pela Lei Complementar 135, de 4 de junho de 2010, a **apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos vereadores**”, vencidos os Ministros Luiz Fux e Rosa Weber. Ausentes, justificadamente, os Ministros Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Plenário, 17.08.2016. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL-STF – RE 848826 – Relator: Ministro Ricardo Lewandowski – data 17/08/2016)”*

*“O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, fixou tese nos seguintes termos: “**O parecer técnico elaborado pelo Tribunal***



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 258/2023 – TC nº 007208.989.20

*de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo", vencidos os Ministros Roberto Barroso, Edson Fachin, Rosa Weber e Luiz Fux. Ausentes, justificadamente, os Ministros Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 17.08.2016. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL-STF – RE 729744 – Relator: Ministro Gilmar Mendes – data 17/08/2016)"*

Portanto, são os vereadores que detém o direito de julgar as contas do Chefe do Executivo Municipal, na medida em que representam os cidadãos.

## 2- FUNDAMENTAÇÃO:

***Do Parecer Prévio favorável às Contas de 2021 emitido pelo Tribunal de Contas de São Paulo.***

Trata-se da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna do exercício de 2021 que recebeu Parecer favorável pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Para uma melhor compreensão da linha de raciocínio que levou esta Comissão opinar pela aprovação das contas do Município no exercício de



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 258/2023 – TC nº 007208.989.20

2021, necessário esclarecer que a presente análise será baseada nos elementos fornecidos pelo Tribunal de Contas do Estado, que auditou a contabilidade da Prefeitura de Jaguariúna por meio dos seus órgãos técnicos e especializados, à luz das informações prestadas pelo Município, e que, ao final, aconselhou a aprovação das contas.

Por oportuno, este Relator acolhe e considera como parte integrante da fundamentação deste parecer as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no processo TC 007208.989.20.

Isto porque, se é verdade que o parecer do TCE não vincula as decisões da Câmara no julgamento das contas, não se pode desconsiderar que a missão constitucional do TCE é auxiliar o Poder Legislativo no exercício da sua atribuição de fiscalizar o Executivo, consoante artigo 49, §1º do artigo da Lei Orgânica do Município e art. 33, inciso XIII da Constituição Estadual, notadamente com relação ao controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial do Poder Executivo.

Nos dizeres de Evandro Martins Guerra:

“(…) importa dizer que **o auxílio prestado pelo Tribunal de Contas ao Poder Legislativo não tem o condão de transformá-lo em órgão auxiliar, no sentido de subalternidade hierárquica. A melhor inteligência é no sentido de que o exercício do controle, a cargo do Poder**



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 258/2023 – TC nº 007208.989.20

**Legislativo, naquelas competências previstas no art. 71, não poderá prescindir do Tribunal de Contas.**<sup>1</sup>

Como órgão técnico e especializado de assessoramento do Poder Legislativo, financiado com recursos públicos, o TCE conta em seu quadro com especialistas de diversas áreas e possui conhecimentos técnicos e científicos fundamentais para que o Poder Legislativo possa embasar tecnicamente suas decisões.

Neste contexto não cabe ao Legislativo duvidar da análise técnica e especializada nem da prova produzida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Assim, o Tribunal de Contas emitiu Parecer Favorável à aprovação das contas do exercício de 2021 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, excetuados os atos pendentes de julgamento, em decorrência dos resultados a seguir elencados.

Primeiramente, os resultados no exercício de 2021 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna foram de:

**“Ensino: 27,88%**

**FUNDEB: 97,78%**

**Pessoal: 38,37%**

<sup>1</sup> GUERRA, Evandro Martins. *Os Controles externo e interno da Administração Pública*. Belo Horizonte: Ed. Fórum. 2005. 2ª ed.





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 258/2023 – TC nº 007208.989.20

**Saúde:** 29,44%

**Transferências ao Legislativo:** Regular

**Execução Orçamentária:** Superávit de 7,04%

**Resultado Financeiro:** Positivo = R\$ 1.168.484,63

**Ordem Cronológica de Pagamentos:**

Inobservância=Relevada

**Remuneração dos Agentes Políticos:** Regular

**Precatórios:** Insuficiência = Relevada

**Encargos Sociais:** Regular.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas discorreu que a gestão empreendida pelo Poder Executivo Municipal observou os aspectos de relevância no exame das contas, tendo cumprido os mandamentos constitucionais e legais relativos aos seguintes temas: Despesa com Saúde, Gastos com Pessoal, Transferências à Câmara Municipal, Pagamento dos Subsídios dos Agentes Políticos e Aplicação no Ensino Global e FUNDEB.

Dispondo, ainda, sobre o Ensino, registrou-se que o Município aplicou 97,78% dos recursos advindos do Fundo.

Além disso, os encargos sociais (INSS, FGTS, PASEP e RPPS) foram regularmente recolhidos.





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 258/2023 – TC nº 007208.989.20

Por outro lado, na avaliação da efetividade das políticas e atividades desenvolvidas pelos gestores municipais, através do índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), o Município alcançou média geral de resultado “B”, considerado efetivo.

Já em relação ao Ensino e Saúde, entendeu o Tribunal de Contas que, a despeito do cumprimento dos investimentos mínimos exigidos, foram identificadas algumas deficiências que precisam ser regularizadas, para inibir eventuais reincidências com vistas à garantia do adequado atendimento e da efetividade dos serviços prestados.

O Tribunal de Contas alertou sobre o entendimento consolidado na Egrégia Corte de Contas sobre a necessidade de graduação em nível superior compatível com o desempenho de funções de direção, chefia e assessoramento, situação que carece ser adequada pelo Poder Executivo em relação ao Quadro de Pessoal.

Quanto a gestão fiscal, a execução orçamentária evidenciou superávit da ordem de 7,08%.

Nesse mesmo sentido, a dívida de longo prazo diminuiu em 6,85% em relação ao exercício anterior.



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 258/2023 – TC nº 007208.989.20

Diante disso, o Tribunal emitiu Parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, excetuado os atos pendentes, bem como exarou recomendações para que o Poder Executivo Municipal aprimore alguns itens em sua gestão.

## 3- CONCLUSÃO:

Diante deste quadro favorável, a Comissão de Constituição, Justiça e Orçamento concorda com o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e propõe a aprovação das contas de 2021.

Pelas razões acima expostas, apresento o Parecer acolhendo e aprovando o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, o qual recomendou a aprovação das contas do Município de Jaguariúna no exercício de 2021, para, assim, deliberar pela **APROVAÇÃO** das contas anuais, referente ao exercício financeiro de 2021, do Município de Jaguariúna, sob a responsabilidade do Sr. Márcio Gustavo Bernardes Reis.

Por derradeiro, em anexo é proposto o Projeto de Decreto Legislativo, que dispõe sobre o acatamento do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a fim de **APROVAR** às contas do exercício de 2021, do Município de Jaguariúna.

Esse é o parecer, ao referendo do egrégio Plenário.



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 258/2023 – TC nº 007208.989.20

Câmara Municipal de Jaguariúna, 08 de março de 2024.

**VEREADOR AFONSO LOPES SILVA**

Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO**

Vice – Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**VEREADOR FRANCISCO DE SOUZA CAMPOS - RELATOR**

Secretário da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade